



GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

DECRETO N° 7.150, DE 09 DE JUNHO DE 2022

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2022-2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANDRO MAFFEIS MILANI, Prefeito Municipal de Birigui, do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e,

Considerando que a Prefeitura de Birigui, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, tem instaurado ações de cunho intersetorial com atuação integrada à participação social, através do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, para a discussão de estratégias de enfrentamento à situação de insegurança alimentar e nutricional;

Considerando que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN é uma conquista política e social importante, e mostra o fortalecimento de um trabalho intersetorial integrado, com vistas à implementação das ações voltadas para a área de Segurança Alimentar e Nutricional;

Considerando, ainda, que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é caracterizado como um processo dinâmico e participativo, sendo assim, sendo permitido a revisão permanente dos objetivos, prioridades, estratégias e ações que contribuam para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, conforme previsto e regulamentado pela Lei Federal nº 11.346 de 2006.

DECRETA:

ART. 1º. Fica aprovado o Plano de Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – 2022-2025, elaborado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, pautado nas seguintes diretrizes:

I- Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II- Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural;

III- Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica;



GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

IV- Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável;

V- Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias;

VI- Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação;

VII- Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural;

VIII- Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.

PARÁGRAFO ÚNICO. O texto integral do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – 2022-2025 é parte integrante deste Decreto.

ART. 2º. A execução, monitoramento, avaliação e revisão do Plano serão de responsabilidade da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

ART. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Birigui, aos nove de junho de dois mil e vinte e dois.


LEANDRO MAFFEIS MILANI
Prefeito Municipal


SILVANA CAETANO GOMES LEAL MILANI
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado na Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Birigui, na data supra, por afixação no local de costume.


VICTÓRIA ZOCANTE DOS ANJOS
Secretária Adjunta de Governo

Município de Birigui
Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1ª edição/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BIRIGUI

LEANDRO MAFFEIS MILANI
Prefeito Municipal

FRANCISCO CARLOS GALLINDO (in Memoriam)
Vice-prefeito

CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN

Titulares

SILVANA CAETANO GOMES LEAL MILANI – Presidente
CAROLINE ABIKO IGNEZ – Secretária Municipal de Governo
REGINA APARECIDA BIANCOLIN – Secretária Municipal de Assistência Social
VILMA DE MELO – Secretária Municipal de Educação
VERIDIANA ALVES LOPES – Secretária Municipal de Saúde
KAIRA MONIZA BORINI DA SILVA – Secretária Municipal de Meio Ambiente
MARLENE ADRIANA ZILLI AGUILAR - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

FORMATAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Regina Aparecida Biancolin – Departamento de Segurança Alimentar

COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE BIRIGUI

Caroline Abiko Ignez – Representante da Secretária Municipal de Governo
Daniela Genaro Pulzatto Verdinasse – Representante do COMSEA de Birigui
Letícia de Fátima Lirango – Representante do COMSEA de Birigui
Regina Aparecida Biancolin – Representante da Secretária Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA/BIRIGUI

Cláudia de Macedo César– Presidente
Letícia de Fátima Lirango – Vice-presidente
Regina aparecida Biancolin – Primeira Secretária
Catiúscia Aguilár Cândido – Segunda Secretária

CONSELHEIROS TITULARES DA GESTÃO 2020-2022

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Patrícia Saraiva
Secretaria Municipal de Educação – Rafaela Moimas Grosso Berce
Secretaria Municipal de Assistência Social - Regina Aparecida Biancolin
Secretaria Municipal de Saúde –Veridiana Alves Lopes
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Birigui – APAE – Letícia Yurie Hasegawa Abrigo
Vó Tereza – Daniela Genaro Pulzatto Verdinasse
Recanto do Vovô – Letícia de Fátima Lirango

IPIS – Instituto de Promoção e Inclusão Social – Caroline Malagoli Stábile
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui – Titular: Nathália Pulzatto Cury
Solar Eunice Weaver – Márcia Regina Guissi
Associação Maria de Nazaré – Luiza Victor Bevilaqua
Instituto Educacional Gumercindo de Paiva Castro “Polícia Mirim” - Cláudia de Macedo César
Centro de Ressocialização de Birigui – Patrícia Adriane Claro
Centro Espírita Raymundo Mariano Dias – Rita de Cássia Soares Oliveira
CEI Lar Nossa Senhora das Graças – Letícia de Fátima Liranço
I.E.A.F.C.A. Pró-Criança de Birigui – Angela Sofia Mendes

APRESENTAÇÃO

A construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN é um compromisso assumido pelo Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando o combate à fome e a desnutrição mediante a minimização do desperdício de alimentos.

Neste documento é apresentado o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) do município de Birigui para o quadriênio 2022-2025. A comissão responsável pela elaboração do presente documento foi instituída pela Portaria número 96/2021, contando com a participação de vários segmentos da administração pública direta municipal, como também da sociedade civil organizada e outras instituições governamentais.

A Prefeitura de Birigui, através da Secretaria Municipal de Assistência Social tem instaurado ações de cunho intersetorial com atuação integrada à participação social, através do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, para a discussão de estratégias de enfrentamento à situação de insegurança alimentar e nutricional.

O presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN é uma conquista política e social importante, e mostra o fortalecimento de um trabalho intersetorial integrado, com vistas à implementação das ações voltadas para a área de Segurança Alimentar e Nutricional.

O maior desafio para a efetivação do plano será a construção e envolvimento das Políticas Públicas voltadas a consolidação da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é caracterizado como um processo dinâmico e participativo, sendo assim, este documento permite a revisão permanente dos objetivos, prioridades, estratégias e ações que contribuam para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, conforme previsto e regulamentado pela Lei Federal nº 11.346 de 2006.

Em sua constituição estão descritas as diretrizes, objetivos e metas a serem efetivadas no quadriênio (2022-2025), sendo as mesmas baseadas na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional expressa ações desenvolvidas no município de Birigui, que visam a melhoria das condições de acesso a uma alimentação adequada em quantidade suficiente e com qualidade, estando assim em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo também aprovação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, sendo sua elaboração resultado da análise das ações já realizadas no município, de indicadores e de temas debatidos na I e II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PLAMSAN ainda institui que o cumprimento das diretrizes estabelecidas deverá ser monitorado e sua eficácia avaliada, desde sua implementação até o seu formato delineado, para com isso garantir que as estratégias públicas para promover o direito à alimentação adequada, fortalecimento da agricultura familiar, abastecimento e atendimento das populações em situação de vulnerabilidade, tenham sido atingidas através da mobilização coletiva e intersetorial integrando e articulando os esforços entre as várias áreas do Governo e da Sociedade Civil.

Atualmente tem-se verificado a existência de inúmeras pessoas em situação de insegurança alimentar. Duas situações dentre outras tantas merecem destaque: 1- a falta ou dificuldade de acesso aos alimentos de uma forma geral, repercutindo em situações de fome ou desequilíbrio nutricional devido ao consumo excessivo de determinados alimentos. O desconhecimento sobre a alimentação adequada, balanceada e saudável, muitas vezes leva ao desenvolvimento de doenças crônicas, tendo como principal destaque a obesidade. Atualmente a

obesidade tornou-se uma situação de insegurança alimentar mais preocupante que a desnutrição; 2- consumo de alimentos com excesso de agrotóxicos e outros produtos nocivos à saúde.

Diante destas questões o município de Birigui apresenta o PLAMSAN visando minimizar as situações que geram a insegurança alimentar de seus cidadãos.

1. INTRODUÇÃO

A situação de insegurança alimentar no mundo é alarmante, no Brasil sabemos que há inúmeras pessoas em más condições alimentares, seja pela falta ou pela dificuldade de acesso aos alimentos, geralmente levando a situações de fome e desnutrição; ou seja, também pelo consumo excessivo de alimentos ou o desconhecimento sobre uma alimentação adequada e saudável, os quais podem levar ao desenvolvimento de várias doenças crônicas, dentre elas a obesidade, que já se tornou mais preocupante em nosso país do que a própria desnutrição; seja pelo consumo de alimentos com excesso de agrotóxicos e outros produtos nocivos à saúde, dentre tantas outras causas.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O núcleo populacional que deu origem a cidade foi fundado em 7 de dezembro de 1911, graças a estrada de ferro Noroeste Paulista que ligava o estado de Mato Grosso a São Paulo. A Companhia de Terras, Madeiras e Colonização de São Paulo incentivou a vinda de imigrantes para a região, sobretudo espanhóis e italianos dividindo grande latifúndio em propriedades menores, incentivando a produção agrícola local e levando a emancipação do município em 8 de dezembro de 1921.

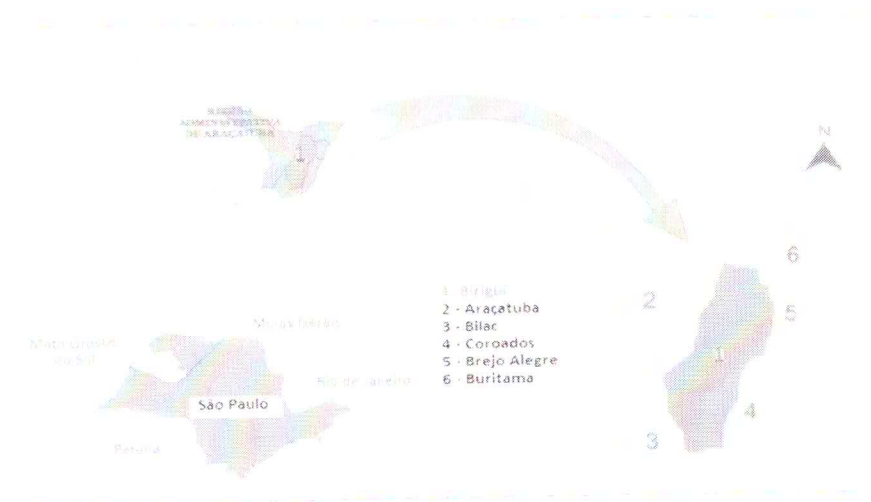
Birigui é uma palavra de origem tupi, que significa pequenos mosquitos, presentes em grande quantidade por ocasião da instalação do município.

A cidade também é conhecida como “Cidade Pérola”, que se deu pela visita de um jornalista de São Paulo em 1934 após produzir uma crônica de aniversário do Senhor Roberto Clark, um dos fundadores, contendo a expressão: “desta Pérola da Zona Noroeste”. Que posteriormente veio a ser conhecida nacionalmente e no exterior por “Capital Brasileira do Calçado Infantil” graças ao crescimento da indústria de calçados, assim como veio a estimular as empresas, fornecedores, produtores de maquinário, equipamentos e instituições voltadas a formação de mão de obra.

1.2 LOCALIZAÇÃO

Birigui está localizada na região noroeste do Estado de São Paulo, a 520 km da Capital, com latitude de 21°17'19" S e longitude 50°20'24" W, com altitude variando de 330 a 494 m acima do nível do mar, faz divisa com os municípios de Araçatuba, Brejo Alegre, Coroados e Bilac. Suas principais vias de acesso são as rodovias SP 300 (Mal. Rondon), Roberto Rollemberg e Gabriel Melhado.

Figura 1: Localização do Município de Birigui



Fonte: Birigui: Cidade Pérola, Esteves, Aurea, 2005. Noovha Editora

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019 a população de Birigui é de 123.638 habitantes, possuindo 93,93% dos habitantes na área urbana e 6,07% em área rural. O município possui uma área territorial de 530.651 km², dividido em 121 bairros, com densidade demográfica de 204,79 habitantes/km².

Tabela 1: População do município de Birigui

POPULAÇÃO

População estimada [2021]	126.094 pessoas
População no último censo [2010]	108.728 pessoas
Densidade demográfica [2010]	204,79 hab/km ²

Fonte: IBGE/Censo 2010

1.3 População

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,56%. Na UF, esta taxa foi de 1,78%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 93,93% para 96,52%.

Enquanto entre 2000 e 2010, a população de Birigui cresceu a uma taxa média anual de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 96,52% para 97,02%. Em 2010 viviam, no município, 108.728 pessoas.

Tabela 2: Composição da População de Birigui

População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Birigui - SP

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	75.125	100,00	94.300	100,00	108.725	100,00
População residente masculina	37.353	49,77	46.453	49,26	53.075	48,81
População residente feminina	37.732	50,23	47.847	50,74	55.653	51,19
População urbana	70.567	93,83	91.018	96,52	105.467	97,02
População rural	4.558	6,07	3.282	3,48	3.241	2,98

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

1.4 Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 43,68% para 38,86% e a taxa de envelhecimento, de 6,47% para 8,59%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 50,32% e 5,25%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

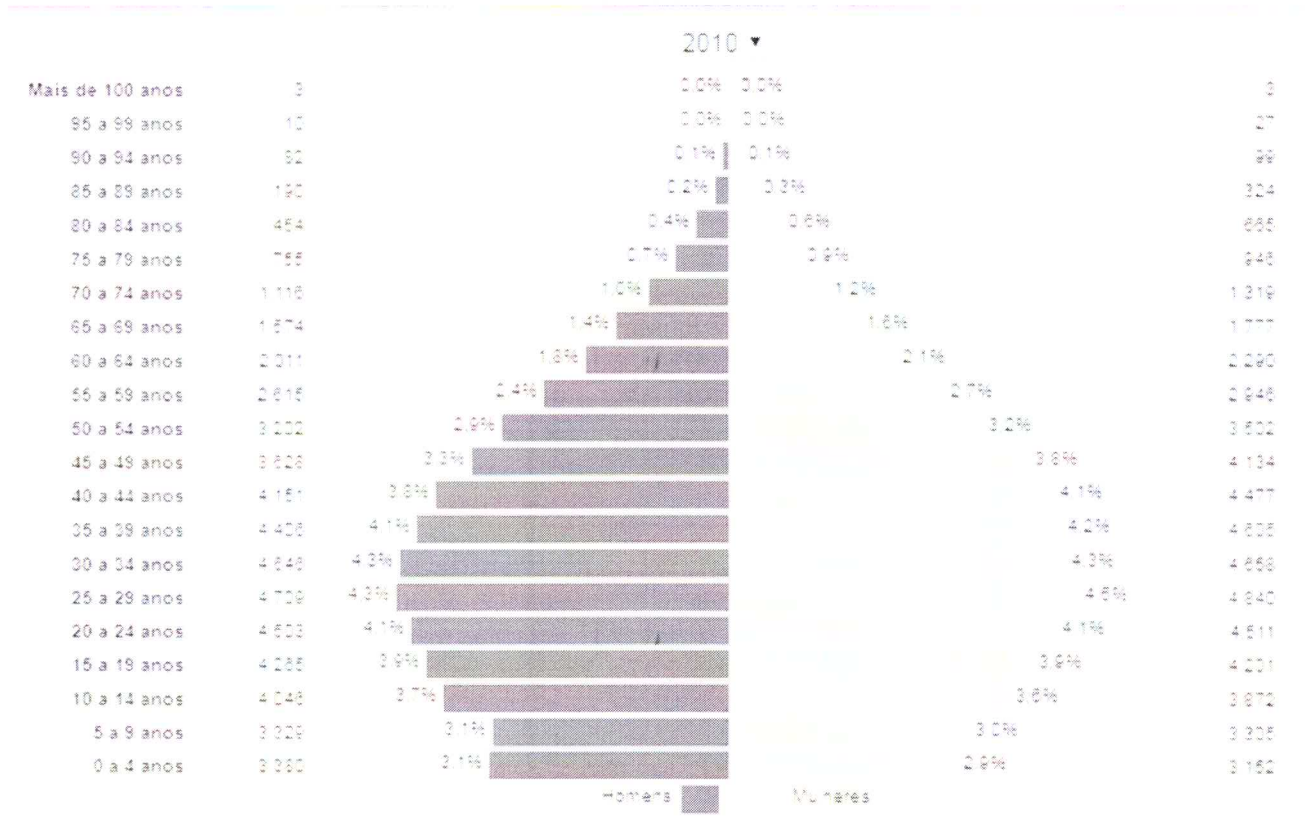


Gráfico 1: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Birigui (SP)

Fonte: IBGE - Pirâmide Etária - Birigui (SP) – 2010

1.5 Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 18,8 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 11,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 24,9. Já na UF, a taxa era de 13,9, em 2010, de 19,4, em 2000 e 27,3, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Tabela 3: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Birigui – SP

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Birigui - SP			
ANO	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	69,2	72,4	77,1
Mortalidade infantil	24,9	18,8	11,7
Mortalidade até 5 anos de idade	28,2	21,9	13,5
Taxa de fecundidade total	2,1	2,0	1,6

Fonte: PNUB, Ipea e FJP

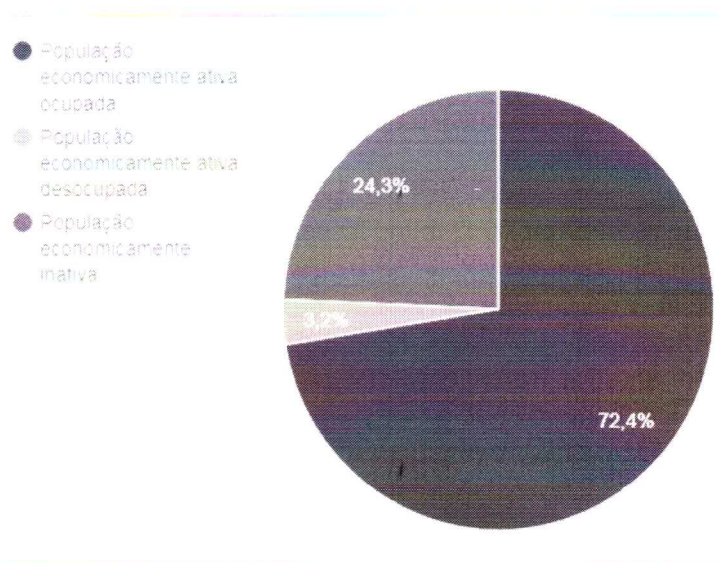
A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,7 anos na última década, passando de 72,4 anos, em 2000, para 77,1 anos, em 2010. Em 1991, era de 69,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

1.6 Trabalho e Rendimento

Em 2015, o salário médio mensal era de 2,0 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 33,1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 499 de 645 e 108 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1987 de 5570 e 384 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 23,7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 638 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 5375 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Gráfico 2: Composição da População de Birigui com 18 anos ou mais de idade – 2010

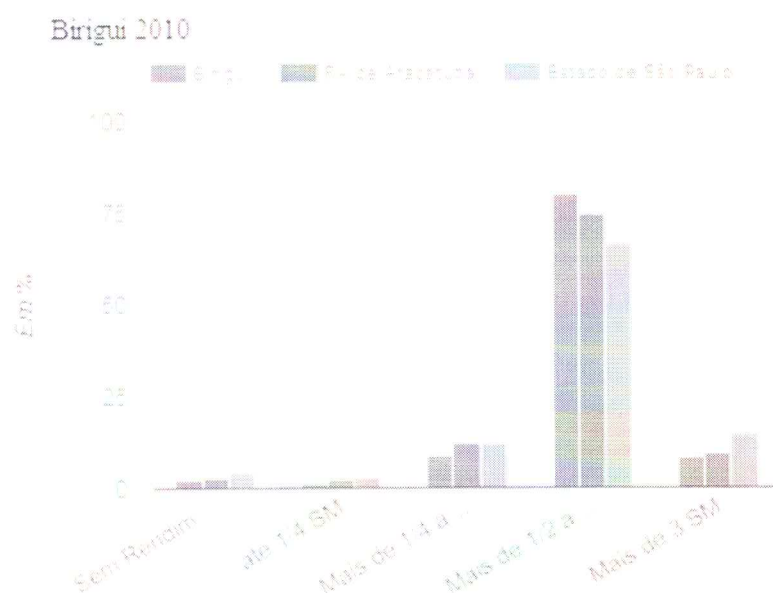


Fonte: PNUB, Ipea FJP

Em 2010, o rendimento domiciliar *per capita* em Birigui foi de R\$ 797 e de R\$ 1.080 no Estado. No município, **9,7%** dos domicílios concentram rendimentos de até meio salário-mínimo *per capita*, proporção que é 14,7% no Estado. Na faixa intermediária de rendimentos, de meio a três salários-mínimos *per capita*, situam-se **80,1%** dos domicílios de **Birigui**, em comparação a 66,1% dos paulistas.

A renda per capita média de Birigui cresceu 44,71% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 561,47, em 1991, para R\$ 734,42, em 2000, e para R\$ 812,51, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 1,96%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,03%, entre 1991 e 2000, e 1,02%, entre 2000 e 2010.

Gráfico 3: Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal *per capita*



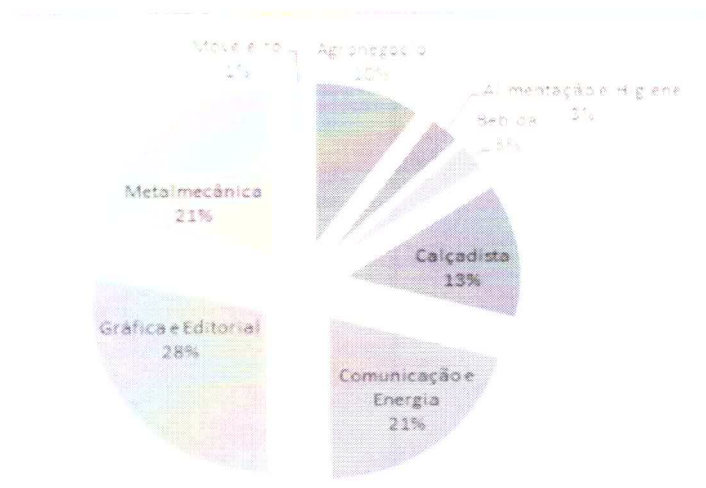
Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010 (resultados preliminares) Fundação Seade.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 6,44%, em 1991, para 5,41%, em 2000, e para 2,24%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,47, em 1991, para 0,52, em 2000, e para 0,42, em 2010.

2 - SITUAÇÃO ECONÔMICA

O município se apresenta como grande pólo industrial, respeitado em todo território nacional (capital sul-americana do calçado infantil). Além das indústrias calçadistas, também abriga indústrias moveleiras, metalúrgicas, e têxteis e conta com um comércio forte e segmentos que movimentam a economia da cidade, que fazem com que ela seja conhecida pelo desenvolvimento, o que atrai um volume de pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida.

Gráfico 4: Composição da Arrecadação Fiscal de Birigui em 2016



Fonte: Observatório Econômico - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Birigui

Pode-se observar na tabela seguir um panorama dos Indicadores Econômicos do município.

Tabela 4: Indicadores econômicos da cidade de Birigui (2016-2017)

INDICADORES ECONÔMICOS	2016	2017	Var (%)
Exportações (jan-nov) – US\$	33.604.139	35.826.635	6,61
Importações (jan-nov)	10.500.332	19.025.906	81,19
Saldo comercial (jan-nov)	23.103.807	16.800.729	- 27,3
Número de empresas exportadoras (jan-nov)	36	41	13,9
Mercado de trabalho (jan-out)	1058	1512	42,9
Financiamento imobiliário (jan-ago)	126.565.075,00	226.926.574,00	79,30
Operações de crédito (jan-ago)	1.157.118.378,00	1.202.600.032,00	3,93
Poupança (jan-ago)	434.033.117,00	476.334.476,00	9,7

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Banco Central, MTE, MDIC.

Em relação aos produtos exportados, o quadro seguinte apresenta a lista dos seis principais produtos exportados durante o período. A pauta exportadora representa a diversidade econômica do município sendo formada por produtos industrializados (bens de consumo), bens de capital e também por commodities do agronegócio (soja e milho).

Tabela 5: Ranking dos principais produtos exportados pelas empresas biriguienses entre janeiro e outubro de 2021.

Produtos	Exportações (\$)	Exportações (%)
Outro calçado com sola exterior e parte superior de borracha ou plástico	\$6.340.182,00	26,99%
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reactância e de auto-indução	\$4.254.545,00	18,11%
Calçado com sola exterior de borracha, plástico, couro natural ou reconstituído e parte superior de matérias têxteis	\$3.830.997,00	16,31%
Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, silvicultura, avicultura ou apicultura, incluídos os germinadores equipados com dispositivos mecânicos ou térmicos e as chocadeiras e criadeiras para avicultura	\$2.762.096,00	11,76%
Soja, mesmo triturada	\$1.882.001,00	8,01%
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	\$1.400.000,00	5,96%
Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	\$1.000.001,00	4,26%
Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos	\$368.366,00	1,57%

Fonte: Ministério da Economia

2.1 AGRONEGÓCIO

O agronegócio é um setor importante para o desenvolvimento econômico da cidade de Birigui em decorrência:

- da presença de tradicionais e destacadas empresas do setor de bens de capital do segmento do agronegócio no parque industrial local, cujos produtos são comercializados no mercado interno e externo;
- da representatividade da cidade no cenário estadual como uma importante produtora de grãos, em especial, de soja e milho, além de sua diversificada base produtiva agrícola e pecuária que inclui a produção de gado de corte, gado leiteiro, frango, ovos, palmito, quiabo, café, sorgo, cana-de-açúcar, banana-maçã e outros;
- da participação do setor na balança comercial com exportações superiores a US\$ 16 milhões de dólares em 2017.

Em relação à produção, as principais culturas são: capim braquiária, soja, milho e cana-de-açúcar. Por outro lado, a exploração animal abrange a avicultura, bovinocultura (corte e leite), piscicultura e outros.

Tabela 6: Áreas de Produção Agrícola de Birigui

Principais culturas da cidade de Birigui em 2018 (área total e unidade produtiva)

Culturas	Área total (ha)	Nº upas
Braquiária	13.285,70	557
Soja	12.250,80	369
Milho 2ª Safrá	11.392,40	368
Cana-de-açúcar finalidade indústria	11.375,20	151
Colonião	1.581,20	43
Sorgo	1.001,40	42
Seringueira	479,6	10
Gramas	441,9	35
Milho safrá	252,4	19
Crotalária	242,0	1
Milho-doce (verde)	179,6	5
Milho-silagem	129,4	11
Banana	125,7	2
Batata-doce	115,8	7
Eucalipto	98,3	19

Fonte: CATI/Birigui. UPA - Unidade de Produção Agrícola 1 hectare = ha = 10.000 m²

Tabela 7: Produção Animal de Birigui

Exploração animal no município de Birigui em 2018 (quantidade e unidades produtivas)

Exploração Animal no Município de Birigui

Exploração animal	Qtde.	Unidade	Nº upas
Avicultura	249.750	Cabeças/ano	2
Avicultura para ovos	85.000	Cabeças	2
Bovinocultura de corte	32.038	Cabeças	418
Piscicultura	30.130	M ² tanques	98
Bovinocultura leiteira	6.284	Cabeças	11
Bovinocultura mista	893	Cabeças	11
Equinocultura	882	Cabeças	133
Ovinocultura	572	Cabeças	7
Suinocultura	480	Cabeças	9
Caprinocultura	40	Cabeças	1
Asininos e muares	25	Cabeças	12

Fonte: CATI/Birigui. UPA - Unidade de Produção Agrícola 1 hectare = ha = 10.000 m²

2.2 COMÉRCIO, INDÚSTRIA e SERVIÇOS

O município apresenta um parque produtivo diversificado com 11.959 empresas instaladas dos setores de indústria, comércio e serviços.

Tabela 8: Distribuição do Setor Empresarial de Birigui

Números de empresas da cidade de Birigui em 2018	
Empresas por setor de atividade econômica	Número de empresas
Indústria	1.495
Comércio	3.919
Serviços	6.545
Total de empresas	11.959

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Apesar dos indicadores de empregabilidade do município, apresentar dados preocupantes, a busca por emprego no polo calçadista do município não cessou. Muitas pessoas e/ou famílias mudam-se para Birigui em busca de oportunidades, o que traz como consequência o crescimento populacional, surgindo demandas que preocupam e desafia as políticas públicas, particularmente a política de assistência social, educação e saúde, o que exige respostas efetivas para garantir acessos e enfrentar vulnerabilidades sociais.

3 - EDUCAÇÃO

O município de Birigui possui Sistema Municipal de Ensino próprio, que abrange a Educação Infantil pública e privada, o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos, com propostas pedagógicas que contemplam o direcionamento a ser dado no processo educativo, em termos de concepção de ensino e de desenvolvimento humano.

Nos últimos anos ocorreu a reorganização da política educacional de modo a expandir o atendimento em Centros Municipais de Educação Infantil e garantir o amplo atendimento escolar às crianças em idade Pré-Escolar.

A Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva é oferecida nas classes da rede comum de ensino, a todos os educandos que apresentem especificidades/necessidades que exigem romper barreiras de acessibilidade social e educacional de todas as ordens.

Em 2021, a estrutura física educacional no atendimento a educação básica no Município de Birigui conta com 18 escolas e 12 Centros de Educação Infantil na rede municipal de ensino, mais 6 centros conveniados, além de 6 instituições escolares na rede privada e 14 instituições na rede estadual. Existe ainda no município a ETEC (Escola Técnica Estadual), o IFSP (Instituto Federal) além de três faculdades com cursos nas áreas de humanas, exatas e biológicas. Essa base de conhecimento é articulada a outras instituições, como as que são coordenadas pelo Sistema “S” (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, SESC e SENAT).

Tabela 9: Taxas de rendimento Escolar do Município de Birigui (2018), Ministério da Educação

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	0,8% 59 reprovações	0,0% nenhum abandono	99,2% 7.234 aprovações
Anos Finais	2,2% 122 reprovações	0,7% 41 abandonos	97,1% 5.464 aprovações
Ensino Médio	4,3% 148 reprovações	3,7% 129 abandonos	92,0% 3.160 aprovações

Fonte: <https://www.qedu.org.br/cidade/2892-birigui/taxa-rendimento>

3.1 Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 98,07%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 89,07%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 77,00%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 58,47%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 59,22 pontos percentuais, 23,39 pontos percentuais, 44,85 pontos percentuais e 40,30 pontos percentuais.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 7.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5.4.

Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 30 de 645.

Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 67 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98 em 2010. Isso posicionava o município na posição 336 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2065 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

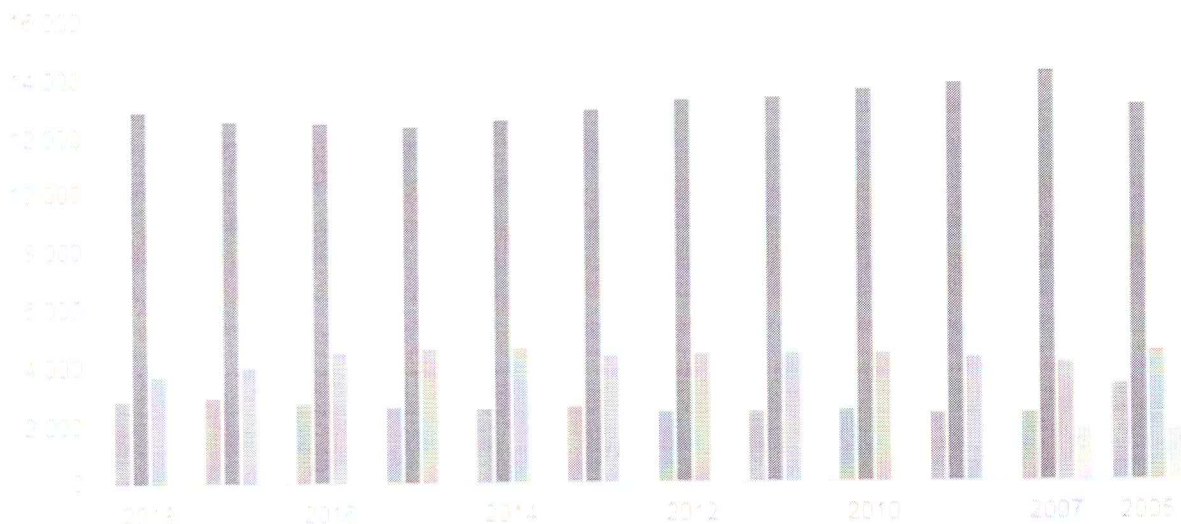


Gráfico 5: Matrículas nas unidades escolares de Birigui(2018)

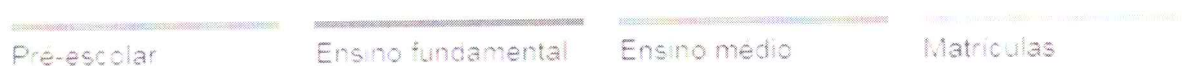
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/birigui/panorama>

3.2 Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,45 anos para 10,62 anos, no município, enquanto na UF passou de 10,23 anos para 10,33 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 10,28 anos, no município, e de 9,68 anos, na UF.

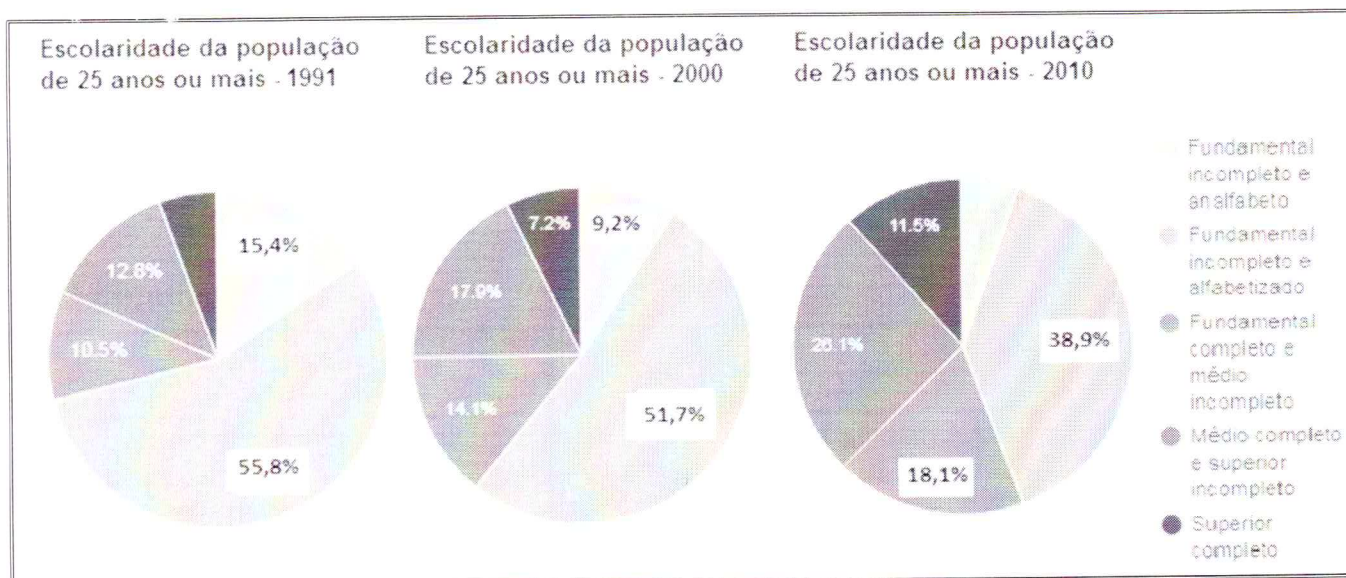
3.3 População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população



adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 45,35% para 60,77%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 32,67% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 5,45% eram analfabetos, 55,69% tinham o ensino fundamental completo, 37,60% possuíam o ensino médio completo e 11,50%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Gráfico 6: Escolaridade da População Adulta



Fonte: PNUB, Ipea e FJP

3.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Em Birigui o PNAE ocorre através de gestão centralizada. No ano de 2017 o público atendido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar totalizou 17.441 alunos mediante o fornecimento de 6.759.600 refeições.

A Secretaria Municipal de Educação de Birigui conta com 4 (quatro) nutricionistas, e 2 (duas) técnicas em nutrição que realizam a elaboração, programação dos alimentos a serem adquiridos, supervisão na elaboração das refeições, treinamento da equipe, coordenam testes de aceitabilidade, avaliam o estado nutricional nas unidades escolares em que são desenvolvidos projetos educativos e atividades de educação alimentar.

4 - HABITAÇÃO

O crescimento econômico da cidade traz reflexos também no setor imobiliário. Informações disponibilizadas pelo Ministério das Cidades evidencia uma recuperação dos financiamentos imobiliário nas faixas atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (vide figuras 13 e 14).

A quantidade contratada totalizou 791 unidades em 2017, um crescimento de 32,3% comparado ao ano passado.

Tabela 10: Evolução do financiamento Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Birigui (SP)

Fonte:
Caixa

EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO MINHA CASA MINHA VIDA (MCMV) EM BIRIGUI (SP)							
	ANO						
MINHA CASA MINHA VIDA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
QUANTIDADE CONTRATADAS	241	464	1270	2073	549	598	791

BB INTEGRA A PARTIR DO MINISTÉRIO DAS CIDADES.

5 – SAÚDE

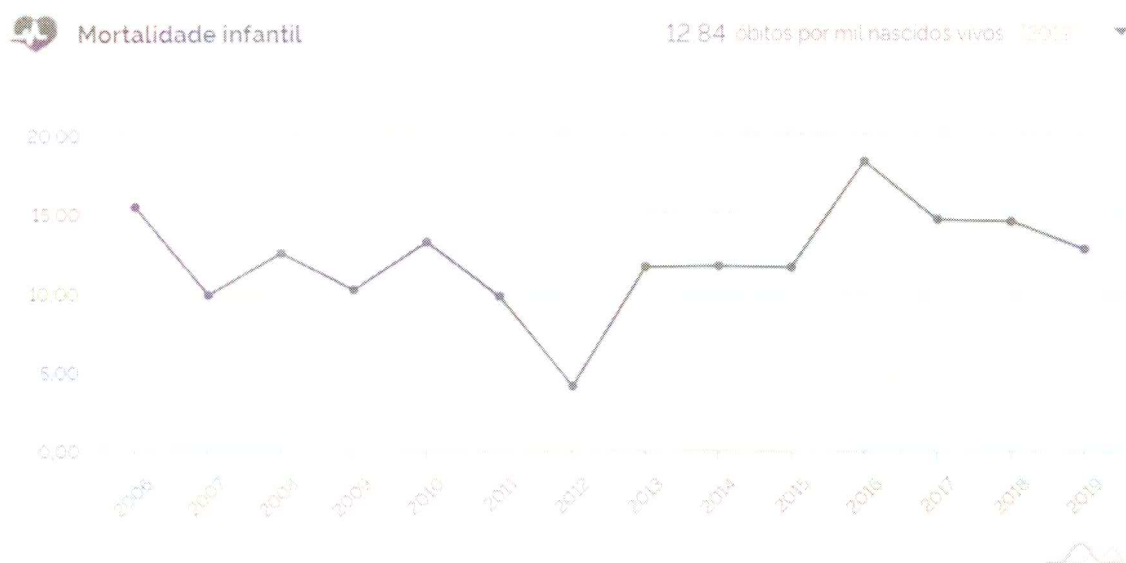
Na política de saúde, os dados do IBGE de 2021, apontam que o município conta com 22 estabelecimentos de saúde atrelados ao SUS.

A estrutura de saúde de Birigui é composta por:

- 11 Unidades Básicas de Saúde, composta por 20 equipes de Saúde da Família - ESF e 02 equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família na atenção básica – NASF-AB;
- 1 Ambulatório de Saúde da Criança;
- 1 Ambulatório de Saúde da Mulher;
- 1 Ambulatório de Saúde Mental;
- 1 Berçário Especial;
- 1 Centro Médico de Especialidades Municipal;
- 1 Centro de Especialidades Odontológicas – CEO;
- 1 Serviço de Atendimento Especializado – SAE;
- 1 Pronto Socorro;
- 1 Centro Municipal de Atendimento e Diagnóstico – CEMADI
- 1 Secretaria Municipal de Saúde (Departamento de Vigilância Epidemiológica, Departamento de Vigilância Sanitária e Centro de Controle de Vetores e Zoonoses – CCVZ);
- 1 Santa Casa

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 12.84 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 227 de 645 e 332 de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2381 de 5570 e 3907 de 5570, respectivamente. Esses dados evidenciam a necessidade de aprimoramento da estrutura de saúde do município, posto que seus índices de desenvolvimento econômicos não estão em consonância com o baixo desempenho na garantia dos cuidados necessários em saúde a sua população.

Gráfico 7: Mortalidade Infantil



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/birigui.html>

Outro indicador importante observado é a expectativa de vida da população idosa, com taxa de 17%, sendo maior que a do Estado (15.8%) e menor que da Regional (18.1%), conforme dados da SEADE. Nota-se que há um crescimento da população idosa no município, ou seja, as pessoas estão vivendo mais, o que traz um desafio para as políticas públicas, criar condições para que vivam bem. Isso porque, pesquisas apontam que de acordo com o crescimento da expectativa de vida da população idosa, existe risco de diminuição da qualidade de vida, pois os idosos vivem mais tempo, mas convivem com doenças crônicas comuns de uma faixa etária mais elevada. Dessa forma, torna-se imprescindível a adoção de intervenções que criem ambientes de apoio e promovam opções saudáveis, sendo importantes em todos os estágios da vida e influenciarão o envelhecimento ativo. Faz-se necessário, portanto, o redirecionamento das políticas públicas para atender essa demanda com qualidade, com investimento que deve ser garantido pelas três esferas de governo – União, Estado e Município.

Os índices de Saúde são coletados e mapeados pelos programas governamentais: SISVAN, BOLSA FAMÍLIA e VIVA LEITE. O Programa SISVAN realiza o acompanhamento de crianças, idosos e gestantes, sendo vinculado ao programa E-SUS do Ministério da Saúde.

Em 2021, o programa VIVA LEITE beneficiou 496 crianças, sendo seu total de 522 beneficiários, ou seja, atualmente consta 26 vagas abertas. O programa distribuí 15 litros de leite pasteurizado, enriquecido com Ferro e Vitaminas A e D. Seu público-alvo são crianças, de 6 meses a 5 anos e 11 meses e 29 dias.

Na segunda vigência de 2021, o programa Bolsa Família atendeu 1134 beneficiários acompanhados.

No que se refere a assistência à saúde, o município oferta acompanhamento nutricional para pacientes em todas as fases de vida e diversos diagnósticos de doenças crônicas e nutricionais, mediante encaminhamento dos profissionais de saúde do ensino superior do SUS, em todas as suas categorias (atenção primária e especializada).

A avaliação antropométrica e de consumo alimentar de crianças até 24 meses, está sendo realizada em todas as UBS's e na Saúde da Criança. A alimentação do SISVAN nos permitirá mapear as comorbidades inerentes ao território de abrangência e realizar assim estratégias interventivas para essa população.

6 - SANEAMENTO/MEIO AMBIENTE

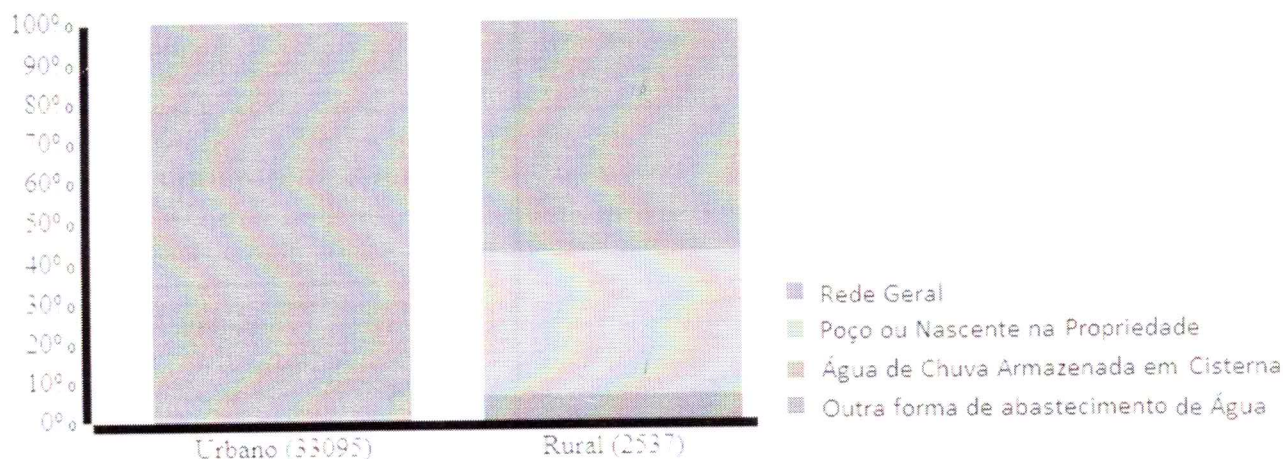
Birigui é um município cujo território é composto 100% pelo bioma Mata Atlântica. O município possui Política Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Saneamento Básico.

Segundo o IBGE em 2010 o município apresentava 97.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 94.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 12.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

6.1 Abastecimento da Água

O gráfico 8 exibe a distribuição das formas de abastecimento de água nas zonas urbanas e rurais do município.

Gráfico 8: Abastecimento de Água no município de Birigui (2010)

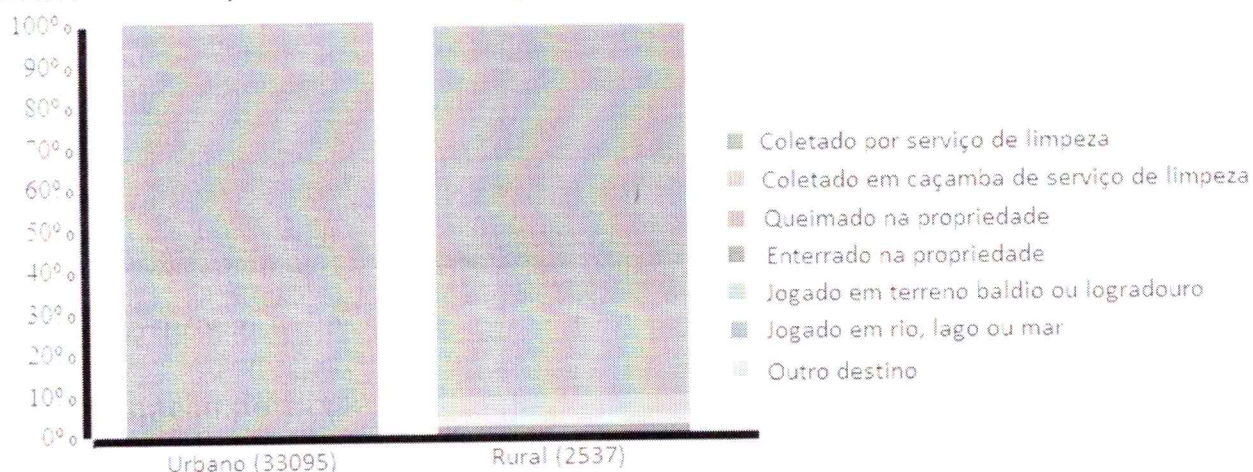


Fonte: Censo IBGE/Rural – PNSR

6.2 Destinação do Lixo

O gráfico abaixo exhibe a distribuição das formas de destinação do lixo nas zonas urbanas e rurais.

Gráfico 9: Destinação do Lixo no município de Birigui (2010)



Fonte: Censo IBGE/Rural – PNSR

6.3 Esgotamento sanitário

Na tabela a seguir encontra-se detalhada a distribuição das formas de esgotamento sanitário nas zonas consideradas urbanas e rurais do município de Birigui.

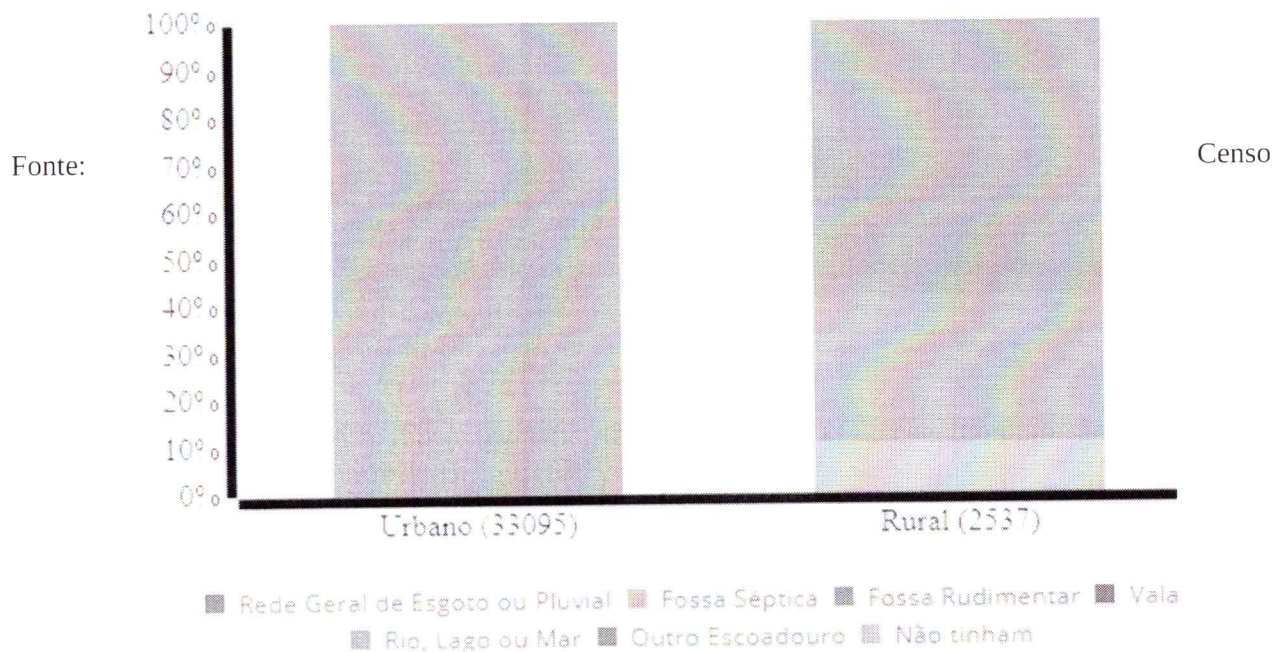
Tabela 11: Identificação do número e tipificação do saneamento dos domicílios de Birigui (2010)

Identificação dos domicílios	Quantidade
Total de domicílios particulares permanentes	35.632
Domicílios particulares permanentes com rede geral de esgoto ou pluvial	34.416
Domicílios particulares permanentes com fossa séptica	369
Domicílios particulares permanentes com outro tipo esgotamento sanitário	832
Domicílios particulares permanentes com poço ou nascente na propriedade	1.139
Domicílios particulares permanentes com outra forma de abastecimento de água	192

Fonte: BB integra a partir dos dados do IBGE

O gráfico a seguir exibe a distribuição das formas de esgotamento sanitário nas zonas consideradas urbanas e rurais de Birigui.

Gráfico 10: Tipologia do Esgotamento Sanitário do município de Birigui.



IBGE/Rural – PNSR

Demais programas são executados pela Secretaria de Meio Ambiente com a participação da coletividade, visando a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente atendendo as peculiaridades locais e em harmonia com o desenvolvimento socioeconômico. Dentre eles pode-se destacar: Criação de Parques Municipais, Coleta Seletiva, Projeto de Educação Ambiental nas Escolas e Regularização do Aterro Sanitário, Aterro de Inertes e da Lagoa de Tratamento de Esgoto.

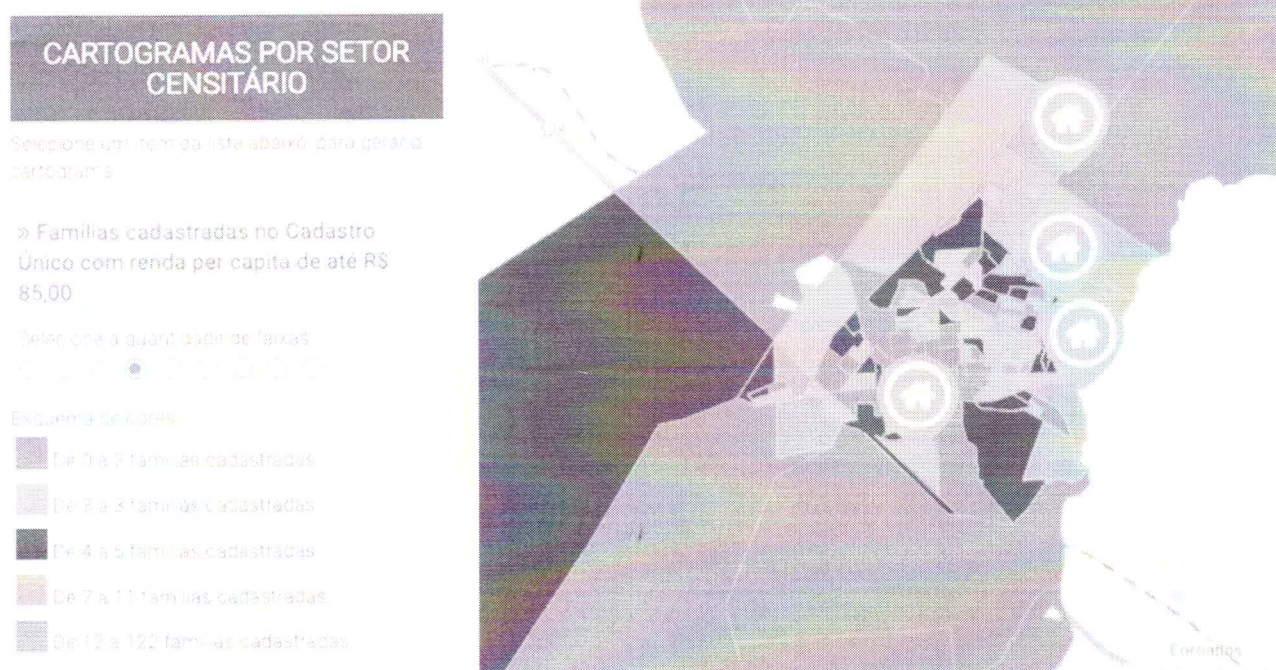
7 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Desde 2004, com a promulgação da Política Nacional de Assistência Social, todos os municípios brasileiros foram desafiados com uma difícil tarefa: implantar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Em nosso município a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS é responsável pela implementação desse sistema. Hoje o SUAS é uma realidade de resultados positivos.

Para transformar a realidade social das famílias biriguienses mais vulneráveis, a secretaria está constantemente reestruturando a forma de atuação, implantando e qualificando equipamentos, aprimorando e ampliando equipes técnicas, aumentando significativamente os investimentos, fortalecendo o controle social e mobilizando agentes locais.

Desta forma faremos uso das informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO como base de dados para conhecer quem são as famílias em condições de pobreza e extrema pobreza. O CADÚNICO destaca ainda a identificação do local e condições de moradia destas famílias e o perfil de cada pessoa que compõe o grupo familiar.

Gráfico 11 – Cartograma do município de Birigui



Fonte: IBGE, 2020.

Analisando o cartograma acima percebe-se que nas áreas de cor rosa estão concentradas o maior número de famílias cadastradas no Cad Único com renda per capita até R\$ 89,00, sendo a região periférica da cidade e com famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social. A área de cor verde escuro aparece com menor concentração de famílias cadastradas, sendo a região central da cidade. O cartograma demonstra quais são os territórios com maior número de famílias cadastradas no Cad Único, identificadas pela Assistência Social como os vulneráveis e sujeitos a ocorrência de situações de risco pessoal e social.

A cidade conta com extensiva malha territorial e ampla divisão em bairros, sendo no total 163. Considerando os territórios de assistência social, o CRAS III – Dária Brambila do Nascimento abrange 45,4% dos bairros da cidade, seguido do CRAS II – Palmira Batista de Oliveira Albani com 24,5% dos bairros de Birigui. Já o CRAS I – Linda Dias de Almeida 24,5% e o CRAS IV – Orlanda Macarini Palácio com 8,6%.

Tabela 12: Bairros referenciados pelos CRAS de Birigui.

CRAS	Total de bairros referenciados	
	nº	%
CRAS I - Linda Dias de Almeida	35	21,5
CRAS II - Palmira Batista de Oliveira Albani	40	24,5
CRAS III - Dária Brambila do Nascimento	74	45,4
CRAS IV - Orlanda Macarini Palácio	14	8,6
TOTAL	163	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social/ Gestão do SUAS - Vigilância Socioassistencial

Se cruzadas as informações cartográficas em relação à qualidade de vida urbana (FERNANDES,2011) com os mapas elaborados a partir dos dados do CADÚNICO, disponíveis pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI do Ministério da Cidadania, verifica-se que as áreas territoriais com concentração de famílias com renda per capita até R\$ 85,00, consideradas

extremamente pobres estão nos lugares com baixa qualidade de vida, sobretudo, em algumas regiões periféricas da cidade de Birigui nas áreas de abrangência do CRAS III, CRAS II, CRAS I e CRAS IV, havendo concentração de áreas com pobreza e desproteção social ao longo da última década. Como expressa as comparações do gráfico 11.

7.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O **Cadastro Único** é um importante instrumento de identificação de demandas para atendimento nos serviços de Assistência Social e demais políticas públicas. Os programas de transferência de renda direta as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, identificadas através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO como sendo as famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 (extrema pobreza) e entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 (pobreza). O número de famílias cadastradas no Cad Único com renda de até ½ salário mínimo é de 9.678 famílias.

A tabela 13 demonstra a quantidade de famílias cadastradas no Cad Único no município de Birigui por faixa de renda familiar per capita.

Tabela 13: Número de Famílias de Birigui cadastradas por faixa de rendimento.

CRAS	Famílias cadastradas por faixa de rendimento									
	De R\$ 0,00 até R\$ 89,00		De R\$ 89,01 até R\$ 178,00		De R\$ 178,01 até 1/2 Sal. Min.		Acima de ½ Sal. Min.		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
CRAS IV	663	28,9	817	35,6	561	24,4	257	11,2	2.298	23,7
CRAS I	760	28,1	333	12,3	786	29,1	825	30,5	2.704	27,9
CRAS II	565	25,6	230	10,4	593	26,9	817	37,1	2.205	22,8
CRAS III	417	16,9	593	24,0	674	27,3	787	31,8	2.471	25,5
TOTAL	2.405	24,9	1.973	20,4	2.614	27,0	2.686	27,8	9.678	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social/Gestão do SUAS –Vigilância Socioassistencial/CECAD, abril 2021

Analisando os dados da Tabela 13 pode-se identificar que o maior percentual de cadastros com renda per capita de até R\$ 178,00, está localizado no território do CRAS IV, sendo que os outros territórios concentram o maior número de famílias cadastradas com renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Pode-se identificar que no total são 9.678 famílias cadastradas no Cad Único, destas são 2.405 que vivem na extrema pobreza (índice de 24,9% do total de famílias cadastradas) e 1.973 que vivem na pobreza (índice de 20,4% do total de famílias cadastradas). O total de famílias vivenciando situação de vulnerabilidade com renda per capita de até R\$ 178,00 é de 4.378 (índice de 42,4% de famílias cadastradas).

Tabela 14: Número de pessoas cadastradas no Cad único por faixa etária.

CRAS	total de bairros	Pessoas Cadastradas por faixa etária														
		0 a 6 anos		7 a 15 anos		16 a 17 anos		18 a 34 anos		35 a 59 anos		60 a 64 anos		65 anos ou mais		Total
		na	%	na	%	na	%	na	%	na	%	na	%	na	%	na
CRAS I - Linda Dias de Almeida	35	627	10,5	1253	20,9	230	3,8	1335	22,3	1.899	31,7	278	4,6	362	6	5.984
CRAS IV - Orlanda Macarini Palácio	14	683	12,8	1401	26,2	293	5,5	1303	24,3	1.345	25,1	134	2,5	195	3,6	5.354
CRAS II - Palmira Batista de Oliveira Albani	40	504	10,7	807	17,2	151	3,2	1065	22,6	1.342	28,5	143	3	692	14,7	4.704
CRAS III - Dária Brambila do Nascimento	74	410	8,9	805	17,4	138	3	1020	22,1	1.299	28,1	209	4,5	740	16	4.621
Total	163	2.224	10,7	4.266	20,5	812	3,9	4.723	22,7	5.885	28,3	864	4,2	1.989	9,6	20.763

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social Gestão SUAS-Vigilância Socioassistencial/ CECAD, maio de 2021

Na tabela 14 verifica-se que 20.763 pessoas estão cadastradas no Cad Único (índice de 16,46% da população de Birigui). Os dados demonstram que o maior número de cadastros no município encontra-se na faixa etária de 35 a 59 anos (índice de 28,3%), seguida da faixa etária de 18 a 34 anos (índice de 22,7%), é possível identificar que as pessoas cadastradas são pessoas jovens.

Gráfico 12: Correlação entre número de habitantes/pessoas cadastradas no CAD/pobreza.



- Número de habitantes no município
- Número pessoas incluídas no CAD
- Número de Famílias incluídas CAD/CRAS
- Número de famílias / extrema pobreza
- Número de famílias / pobreza

Fonte: Secretária Municipal de Assistência Social

No Gráfico acima, podemos fazer uma análise entre número de habitantes do município, número de pessoas incluídas no Cadastro Único e o número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A partir destes dados, é possível identificar que 45% das famílias inscritas no Cadastro Único encontra-se em situação de vulnerabilidade social em situação de pobreza.

De acordo com o Panorama Municipal e dados do Cadastro Único, o Programa de Transferência de Renda destinado às pessoas com deficiência e idosos é o Benefício de Prestação Continuada – BPC “é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário

ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário-mínimo vigente”.

A Tabela 15 mostra dados sobre a situação de identificação de pessoas com deficiência e pessoas idosas que recebem o BPC no município de Birigui.

Tabela 15: Número de pessoas do Cad único beneficiadas pelo BPC.

CRAS	Pessoas cadastradas no Cad Único que recebem BPC						
	Total de Bairros	Total de beneficiários BPC idoso	%	Pessoa com deficiência	%	Total de BPC	%
CRAS I	35	187	35,5	409	37,9	596	37,1
CRAS II	40	151	28,7	250	23,2	401	25,0
CRAS III	74	163	30,9	224	20,8	387	24,1
CRAS IV	14	26	4,9	195	18,1	221	13,8
Total	163	527	100,0	1.078	100,0	1.605	100,0

Fonte: Secretaria de Assistência Social

7.2 Cobertura da Rede Prestadora de Serviços Socioassistenciais

A política de assistência social direcionada ao atendimento a famílias e indivíduos, ocorre por meio das unidades públicas, que ofertam serviços socioassistenciais, tais como os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e outros serviços de média e alta complexidades. As unidades de atendimento da assistência social de execução direta da Secretaria Municipal de Assistência Social, são:

- 04 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, em território com alto nível de vulnerabilidade social;
- 03 Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos – SCFV (Centros de Convivência);
- 01 Centro de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS;
- 01 Centro dia do Idoso;
- 01 Centro de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP);
- 01 Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; e
- 01 Serviço de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua.

As unidades de atendimento da assistência social de execução indireta da Secretaria Municipal de Assistência Social, são:

- 05 Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos – SCFV (Centros de Convivência);
- 01 Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para pessoa com deficiência, idosas e suas famílias;
- 02 Serviços de Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência; e
- 01 Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva.

Os Benefícios eventuais conforme o decreto número 6.236 de 12 de dezembro de 2018 são provisões suplementares e provisórias que integram o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e fazem parte da Proteção Social Básica. O auxílio-alimentação objetiva promover segurança alimentar as famílias em situação de vulnerabilidade social. O auxílio alimentação deve ter relação

direta com a oferta de serviços, programas e projetos dos quais as famílias participam, principalmente no âmbito de acompanhamento dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Destaca-se que a oferta de benefícios eventuais é um direito do cidadão e o quadro 5 demonstra o atendimento às famílias no ano de 2021, considerando os meses de janeiro a dezembro, com auxílio alimentação.

Tabela 16 - Número de atendimentos nos anos de 2019/2020/2021.

Unidades executoras	Benefícios Eventuais		
	Período		
	2019	2020	2021
CRAS I	928	1.228	544
CRAS II	760	967	525
CRAS III	644	874	451
CRAS IV	1.276	1.539	648
TOTAL	3.608	4.632	2.173

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social/ Gestão do SUAS - Vigilância Socioassistencial *Período: até 13.10.2021

Em relação aos dados de ofertas dos benefícios eventuais pode-se destacar que com o período pandêmico se teve substantivo aumento de concessões, haja vista que no ano de 2019 o total de benefícios concedidos foi de 3.608 em toda a cidade, passando em 2021 para 4.632 cerca de 28% à mais neste ano.

De janeiro a outubro de 2021 a cidade totalizou 2.173 benefícios eventuais entregues a população, representando 60% do total de benefícios entregues no ano anterior.

7.3 Segurança Alimentar

Em decorrência da reforma administrativa municipal em 2020 o Departamento de Segurança Alimentar passou a integrar a Secretaria de Assistência Social. O departamento é responsável pelo desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos em parceria com o Ministério da Cidadania e através de recursos municipais o Programas: Banco de Alimentos e Restaurante Popular.

7.3.1 Programa Alimenta Brasil (até 2021 era conhecido como Programa de Aquisição de Alimentos – Fome Zero)

O Programa Alimenta Brasil foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado por Decreto em 2009 e alterado pela Lei nº 12.512 de 14/10/2011, regulamentado pelo Decreto nº 7775 de 04/07/2012.

Este programa adquire alimentos produzidos pela agricultura familiar mediante recursos repassados pelo Governo Federal, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente no município de Birigui a entidades de assistência social, equipamentos de segurança alimentar e demais secretarias que desenvolvam atividades assistenciais direcionadas às pessoas em vulnerabilidade social e alimentar.

Devido ao perfil do município o Programa Alimenta Brasil é desenvolvido na modalidade Compra Direta com Doação Simultânea.

O público beneficiário deste programa é composto por:

1-Fornecedores: os agricultores familiares que fornecem seus produtos ao programa, individualmente ou por meio de suas organizações, como associações e cooperativas; e

2-Consumidores: os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e os que são atendidos pela rede e pelos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como os restaurantes populares.

Desde 2008, quando o município de Birigui implantou o P.A.A. notou-se sensível mobilização dos agricultores de Birigui e região no fornecimento e qualidade dos alimentos fornecidos ao programa. A partir de 2015 a prefeitura de Birigui distribuiu gratuitamente R\$ 492.000,00 por ano em alimentos complementando a alimentação de pessoas em vulnerabilidade alimentar e nutricional.

7.3.2 Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos.

A seguir são apresentados os equipamentos públicos presentes no Município.

Tabela 17 – Equipamentos públicos de Segurança Alimentar existentes no município.

Equipamento Público	Quantidade
Banco de alimentos	1
Restaurante popular	1

Fonte: Secretaria de Assistência Social

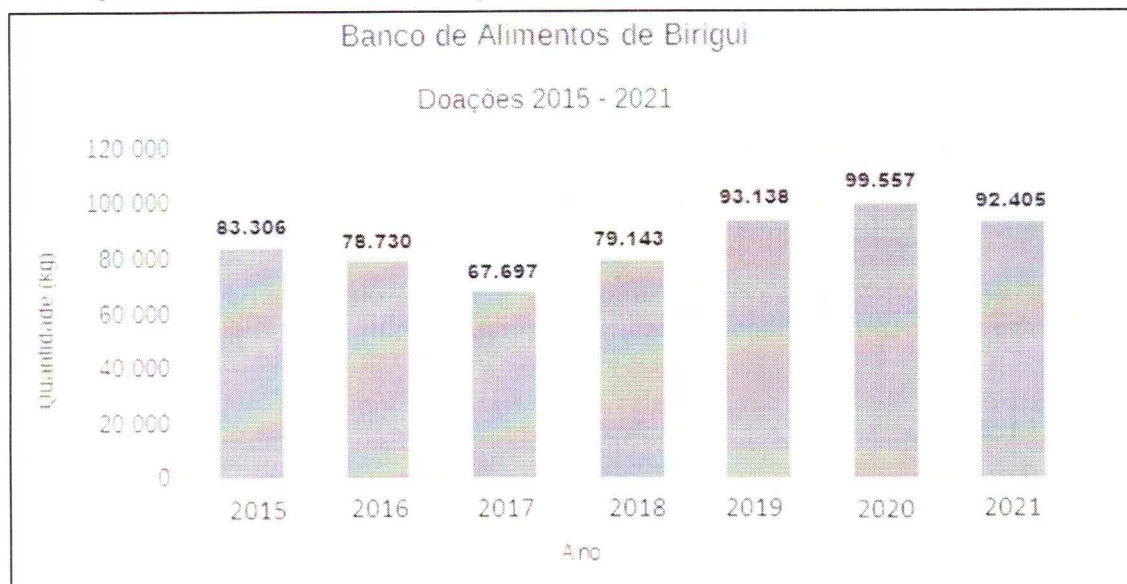
7.3.2.1 Banco de Alimentos

Fundado em 15 de setembro de 2011, com o objetivo de combater a fome e incentivar ações de combate ao desperdício de alimentos, o Banco de Alimentos atende atualmente 18 entidades e projetos assistenciais do município, através da doação proveniente de arrecadações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas que preservam seu valor nutricional, sendo próprios ao consumo humano.

A equipe técnica do Banco de Alimentos supervisiona os trabalhos desde a coleta a distribuição dos alimentos, garantindo a segurança e a qualidade dos alimentos doados às entidades e programas sociais.

No gráfico 11 encontram-se os dados referente a quantidade de alimentos que foram distribuídos nos últimos cinco anos, ressaltando-se que em 2019 foram recuperadas 93.138 toneladas de alimentos.

Gráfico 11: Quantidade de Alimentos recuperados/doados pelo Banco de Alimentos - 2015/2021.



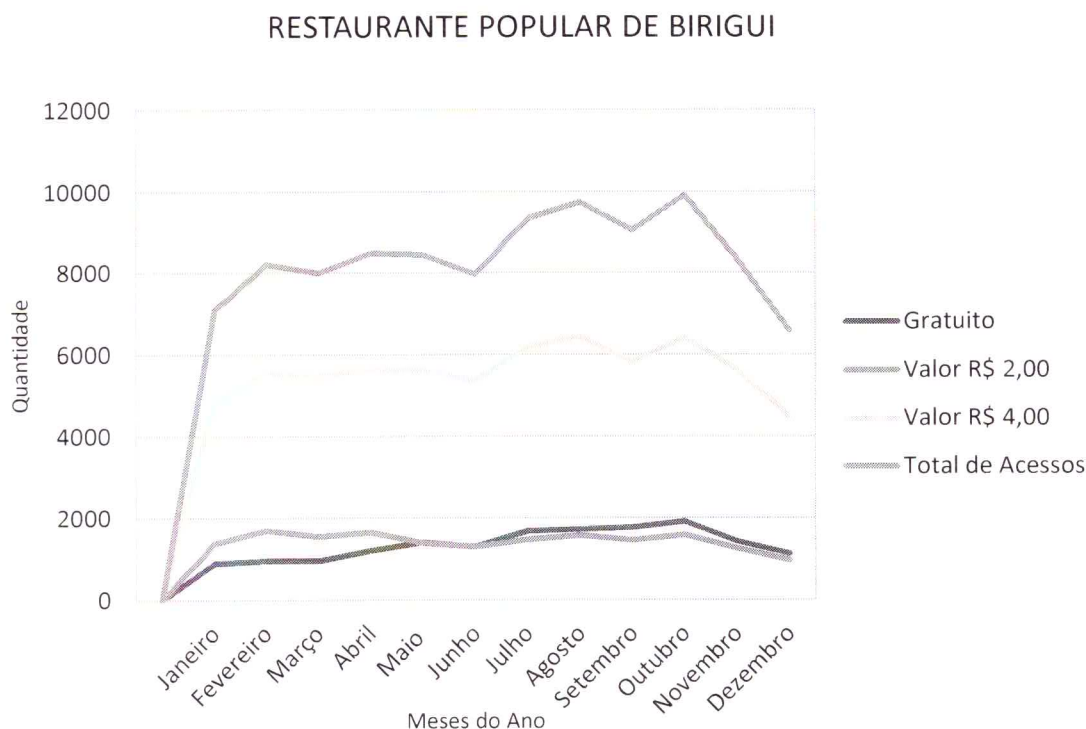
Fonte: Departamento Municipal de Segurança Alimentar

7.3.2.2 Restaurante Popular

O Restaurante Popular de Birigui localiza-se próximo ao centro comercial do município. Atende preferencialmente populações com carências nutricionais que necessitam de complementação alimentar, oferecendo refeições balanceadas nutricionalmente, com qualidade higiênico-sanitária e a preço acessível.

Inaugurado em 25 de novembro de 2014, foi implantado mediante parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Cidadania. Em 2019 foram produzidas 101.176 refeições sendo 33.683 refeições destinadas às pessoas em vulnerabilidade social, ou seja, beneficiários de programas assistenciais.

Gráfico12: Levantamento do número de refeições servidas no Restaurante Popular de Birigui em 2019.



Fonte: Departamento de Segurança Alimentar

8 - DESAFIOS

O PLAMSAN 2022-2025 foi construído com base em 8 grandes desafios, que possuem correspondência com as 8 Diretrizes da PNSAN:

Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural;

Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica;

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável;

Desafio 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias;

Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação;

Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural;

Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.

O município de Birigui enfrenta os mesmos desafios que a maioria dos municípios brasileiros. Abaixo encontram-se identificados os desafios que afetam diretamente as políticas públicas de acesso ao Direito Humano a Alimentação Saudável.

1. Falta de diagnóstico e dados articulados com relação às ações municipais de SAN que permitam o acompanhamento, monitoramento e avaliação destas políticas públicas;
2. Consolidação da intersetorialidade e do entendimento do que a SAN quando em sintonia tem frutos que abrangem a comunidade de forma ampla e integrada;
3. Rompimento da Cultura do Setorialismo, muito presente no setor público;
4. Dificuldade de Articulação entre programas, projetos, ações e equipamentos públicos que garantam a erradicação da extrema pobreza e da insegurança alimentar moderada e grave em Birigui;
5. Estrutura Física e Humana insuficientes para a gestão, articulação e execução de SAN;
6. Garantir no Orçamento Municipal recursos ordinários para Gestão e Articulação da Segurança Alimentar e Nutricional e implementação de programas, projetos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional em Birigui.

9 - METAS

A partir da coleta de dados ligados diretamente ao âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional dos diversos setores da Prefeitura de Birigui chegou-se a elaboração de diagnóstico sobre a situação alimentar e nutricional no município de Birigui.

Estas informações subsidiaram as metas, os responsáveis e as ações orçamentárias necessárias para garantir a operacionalização do PLAMSAN mediante a utilização dos instrumentos de planejamento e orçamento do município. As metas foram elaboradas com base nos 9 desafios descritos a seguir.

9.1 - Metas baseadas no Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

Item	Meta	Responsável	Parceiros	PPA	Indicadores
1	Estruturar órgão público municipal para coordenar todas os programas de SAN, mediante a introdução das equipes de servidores de cada programa de SAN, em execução, no organograma funcional do município	Secretaria Municipal de Gabinete / Câmara Vereadores	Secretaria de Assistência Social	Integrar o PPA 2024	

2	Promover a Ação de Distribuição de Alimentos, garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada, respeitando os hábitos e culturas alimentares, com foco nos territórios de maior vulnerabilidade, apontados pelo Mapa INSAN.	Secretaria de Assistência Social	de	Ministério da Cidadania, Governo do Estado de São Paulo	Fichas: 230/231/232 Vínculo 01.000.000	Número de famílias em INSAN atendidas
3	Oferta de alimentação escolar a 11 mil estudantes da rede pública de ensino, por ano	Secretaria de Educação	de	FNDE		Refeições servidas/dia
4	Ampliar o funcionamento do Banco de Alimentos através do custeio municipal e parcerias	Secretaria de Assistência Social	de	Supermercados locais, agricultores, empresas parceiras	Fichas: 222/223 Vínculo 01.000.000	Aumento na quantidade de alimentos doados
5	Ampliar o acesso das famílias em situação de insegurança alimentar, sobretudo as famílias que atendam aos critérios de elegibilidade nos processos de atendimento socioassistencial	Ministério da Cidadania	de	Prefeitura de Birigui		Número de famílias atendidas pelo Auxílio Brasil
6	Identificar as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, visando o planejamento de programas, projetos e ações voltadas para diminuição ou erradicação desta situação de vulnerabilidade	Secretaria de Assistência Social	de	Secretaria de Saúde/ Ministério da Cidadania/ Secretaria Estadual de Assistência Social		Mapa de INSAN

9.2 - Metas baseadas no Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

Item	Meta	Responsável	Parceiros	PPA	Indicadores
1	Articular, por meio da CAISAN os sistemas de informação relacionadas a SAN e Soberania Alimentar existentes (SISVAN e SIASI).	Secretaria de Assistência Social	de Secretaria de Saúde / Secretaria da Educação		Número de pessoas atendidas

2	Atender as famílias em situação de pobreza em uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais.	Secretaria de Assistência Social	de	Secretaria de Meio Ambiente		Número de agricultores(as) atendidas
---	--	----------------------------------	----	-----------------------------	--	--------------------------------------

9.3 - Metas baseadas no Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.

Item	Meta	Responsável	Parceiros	PPA	Indicadores
1	Promover a agricultura agroecológica através de incentivo a transição agroecológica e a diminuição no uso de agrotóxicos na agricultura familiar e comercial	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria Estadual de Agricultura/SIR AN/MAPA		Aumento de 25% no número de agricultores orgânicos no município
2	Fomentar a produção orgânica nas hortas comunitárias	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Meio Ambiente		Conversão de 25% das hortas municipais em orgânicas
3	Priorizar as compras municipais de agricultores locais ou regionais	Secretaria de Educação e da Assistência Social	Ministério da Cidadania/FUN DEB/Secretaria Estadual de Agricultura		Aumento gradual e progressivo de 20% ao ano no alcance das ações
4	Implantação de local físico fixo para comercialização de alimentos produzidos pelos agricultores locais	Secretaria do Meio Ambiente e Assistência Social	Secretaria de Governo		Atender no primeiro ano de implantação 10 agricultores e posteriormente aumento anual de 20% do número de agricultores

9.4 - Metas baseadas no Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Item	Meta	Responsável	Parceiros	PPA	Indicadores
1	Merenda Escolar sem aditivos químicos, enlatados e embutidos	Secretaria da Educação	Departamento de Segurança Alimentar /Unesp		Aumento gradual e progressivo de 10% ao ano no

					alcance das ações
2	Implantação de programas de Educação Alimentar e de geração de renda no Restaurante Popular	Secretaria de Assistência Social	de	Secretaria Estadual de Assistência Social / Fundo Social do Estado de São Paulo	Atender no primeiro ano de implantação 100 pessoas
3	Ampliar as compras municipais de agricultores locais ou regionais	Secretaria de Educação e Assistência Social	de	Ministério da Cidadania/FUN DEB/Secretaria Estadual de Agricultura	Aumento gradual e progressivo de 10% ao ano
4	Incentivar o produtor local a participar de vendas direto ao consumidor final	Secretaria de Meio Ambiente	de	Departamento de Segurança Alimentar	
5	Ampliação do Serviço de inspeção de Alimentos Municipal – SIM	Secretaria de Meio Ambiente	de	Secretaria Estadual de Agricultura/ MAPA	Número de inspeções e de cadastros efetuados
6	Estabelecer marco legal para a redução das perdas e desperdício de alimentos abrangendo o Banco de Alimentos.	COMSEA CAISAN		Secretaria de Assistência Social e Banco de Alimentos	

9.5 – Metas baseadas no Desafio 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias

Item	Meta	Responsável	Parceiros	PPA	Indicadores
1	Fomentar a elaboração de cursos, treinamentos para os agricultores visando o processamento de alimentos in natura	Secretaria de Meio Ambiente e Departamento de Segurança Alimentar	Secretaria Estadual de Agricultura/SIR AN/SENAR		Aumento gradual e progressivo de 10% ao ano no alcance das ações
2	Priorizar as compras municipais de agricultores locais ou regionais	Secretaria de Educação e Assistência Social	Ministério da Cidadania/FUN DEB/Secretaria Estadual de Agricultura		Aumento gradual e progressivo de 20% ao ano no alcance das ações
3	Valorizar a cultura rural priorizando e resgatando os alimentos locais nas compras institucionais	Secretaria de Educação e Assistência Social	Secretaria Estadual de Agricultura/SIR AN/SENAR		

4	Realização de cursos e capacitações periódicas para manipuladores de alimentos visando a implantação de boas práticas	Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária	Banco de Alimentos	Número de capacitações oferecidas
5	Calendário Anual de eventos incentivando a Alimentação Saudável	Departamento de Segurança Alimentar	Secretaria de Saúde/ACIB/Sindicatos e imprensa atuantes no município	Aumento gradual e progressivo de 10% ao ano no alcance das ações

9.6 – Metas baseadas no Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação.

Item	Meta	Responsável	Parceiros	PPA	Indicadores
1	Publicar documentos com orientações para o enfrentamento das carências nutricionais, valorizando receitas e produtos regionais e qualificar os profissionais da atenção básica para abordagem alimentar na prevenção e controle desses agravos valorizando os pequenos produtores.	Secretaria da Saúde	Banco de Alimentos/Alimenta Brasil/Secretaria de Educação		
2	Estabelecer protocolos de atenção à saúde para crianças e adolescentes com excesso de peso	Secretaria da Saúde	Banco de Alimentos/Alimenta Brasil/Secretaria de Educação		
3	Organização do cuidado na rede de atenção à saúde voltado as pessoas com necessidades alimentares especiais, por meio da elaboração de marcos normativos e instrumentos técnicos específicos que abordem a terapia nutricional.	Secretaria da Saúde	Banco de Alimentos/Alimenta Brasil/Secretaria de Educação		

9.7 - Metas baseadas no Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.

Item	Meta	Responsável	Parceiros	PPA	Indicadores
------	------	-------------	-----------	-----	-------------

1	Estruturação de programa de recuperação de áreas de preservação permanente em sub-bacias hidrográficas cujos trechos de rios sejam considerados prioritários para a conservação dos recursos hídricos.	Secretaria do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente/Comitê de Microbacias do Baixo Tietê		hectares recuperados
2	Implantação, ampliação ou melhoria de ações de saneamento básico em comunidades rurais e tradicionais	Secretaria do Meio Ambiente / Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto	Ministério do Meio Ambiente/Comitê de Microbacias do Baixo Tietê		Nº de domicílios rurais com fossa biológica ou similar
3	Estruturação de um programa efetivo de boas práticas para a utilização de agrotóxicos e de controle de resíduos em águas	Secretaria do Meio Ambiente	Comitê de Microbacias do Baixo Tietê	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Nº de propriedades que aderiram ao programa

9.8 – Metas baseadas no Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.

Item	Meta	Responsável	Parceiros	PPA	Indicadores
1	Fortalecer o COMSEA estimulando a participação da sociedade civil, mediante a elaboração de oficinas de capacitação de SAN para entidades, conselheiros e comunidade em geral.	Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Ministério da Cidadania	Secretaria Municipal de Governo e Assistência Social		Número de participações efetivas
2	Estabelecimento dos mecanismos de financiamento para a gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas ao fortalecimento dos seus componentes: Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).	Ministério da Cidadania e Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura de Birigui	Secretaria Municipal de Governo e Assistência Social		Local, Veículo, Funcionário e material.

10 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

As estratégias de monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Birigui serão compostas por relatórios periódicos definidos pela CAISAN e entregues ao COMSEA visando subsidiar as ações de controle social.

A equipe do Departamento de Segurança Alimentar se reunirá a cada seis meses com a CAISAN para compor o relatório intersecretarial das ações de SAN desenvolvidas no município. Este relatório será encaminhado ao COMSEA para servir de subsídio para avaliação do PLAMSAN.

A revisão do plano ocorrerá a cada dois anos a partir da sua elaboração.